



COMUNICAÇÃO SOCIAL E SEGURANÇA NACIONAL: O LUGAR DA COMUNICAÇÃO DE MASSA NO PROJETO DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

ANA RITA FONTELES DUARTE¹

A Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, no âmbito da Guerra Fria e ligada ao Ministério da Defesa, tornou-se durante a ditadura pós-1964, o principal centro de elaboração e disseminação de um pensamento acerca da segurança nacional e das formas de combater ameaças ao projeto implementado numa parceria entre militares e civis. Seus criadores tiveram como objetivo, desde o início, o reforço de sua posição no aparelho de Estado, por meio da realização de estudos sigilosos e circunscritos a grupos pequenos, além de almejar a mobilização política das elites.

Não se preocupava, no entanto, apenas com a formação de altos oficiais, incluindo civis em seu quadro permanente como professores ou convidados, alunos, conferencistas. Entre 1950 e 1967, 50% de seus alunos eram civis, vários ocuparam postos importantes no regime em instituições políticas e econômicas brasileiras. O primeiro presidente do regime, marechal Castelo Branco foi um dos grandes expoentes da Escola.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela ESG, pode ser analisada a partir de um pensamento sistematizado em textos cujo principal é o *Manual da Escola Superior de Guerra*, publicado em 1975 e reeditado com reformulações, periodicamente, até 2009, além de artigos publicados nas revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra* (Adesg), e do pensamento sistematizado de alguns dos seus principais ideólogos como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.

Os manuais da ESG e suas publicações complementares, destinadas a alunos de seus cursos e da Adesg, são lugares de referência para a apreensão da DSN e fornecem elementos para pensar o lugar que a comunicação social e/ou de massa tem na elaboração e reelaboração do projeto de Segurança Nacional durante o regime civil-militar e de como estas

¹Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).



preocupações foram sendo transformadas com o tempo, a partir de novas demandas e mudanças sociais.

De acordo com o Manual Básico da Escola Superior de Guerra, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através da comunicação social se conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que conscientizassem sobre a importância das necessidades da nação. A comunicação social é vista como responsável, em grande medida, por processos como interação social, formação da opinião pública, do Moral Nacional e pela valorização do ócio e do lazer.

O entendimento do lugar de importância assumido pelos meios de comunicação social passa a ser preocupação do regime, através da constituição de condições de infraestrutura que permitiram a disseminação de uma indústria cultural é nos anos 1960 que a TV se consolida como veículo de massa, o cinema se estrutura como indústria nos anos 1970, além das indústrias do disco, editorial e publicidade, etc - e do controle sobre os conteúdos e formas de expressão por meio da constituição de um importante aparato de censura ligado ao Ministério da Justiça, intensificado com a promulgação da Constituição de 1967 que expandiu a competência da União para censurar além de filmes e peças teatrais, também programas de rádio e TV, imprensa periódica e letras de música.

À Divisão de Censura de Diversões Públicas, do Ministério da Justiça, coube o papel de estabelecer as condições de apreciação, liberação e veto de obras artísticas, tarefa exercida durante os 21 anos de ditadura, embora este trabalho tenha superado o ano de 1985.

A preocupação com o que veiculavam os meios de comunicação vai ao encontro de outras instituições como a Igreja Católica, valorizada em sua tarefa de recuperar valores numa sociedade em crise. O papado publicizou suas posições e diretrizes sobre o bom uso da cinematografia, rádio e televisão, instruindo, em meados dos anos 1960, expectadores, produtores, autores, pais, pastores e autoridades a defenderem as leis morais na produção artística e de informação via meios de comunicação a fim de se proteger públicos considerados vulneráveis como jovens e mulheres.

Finalmente, este poder público que legitimamente trabalha para o bem dos cidadãos, tem o dever de procurar justa e zelosamente, mediante a oportuna promulgação e diligente execução das leis, que não se cause dano aos costumes e ao progresso da sociedade através do mau uso destes meios de comunicação. Essa cuidadosa vigilância, de modo algum restringe a liberdade individual e social, sobretudo se faltam as



devidas precauções por parte daqueles que por motivo de seu ofício manejam tais instrumentos.

Tenham-se um especial cuidado na defesa dos jovens contra a imprensa e os espetáculos que possam ser nocivos à sua idade². (INTER MIRIFICA, 1965, p.11-12)

Algumas destas temáticas vem sendo trabalhadas há quatro anos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em História e Gênero (Gepehg), da UFC, cadastrado no CNPq. Através de editais de pesquisa do CNPq e Funcap, nos anos de 2011 e 2013, pudemos realizar pesquisa sobre as mobilizações do gênero pela ditadura militar nos campos da educação e cultura, por meio da análise de políticas de implantação da disciplina de Educação, Moral e Cívica e da censura a Diversões Públicas do Ministério da Justiça. Este projeto seria a chance de trabalharmos com documentação encontrada ao final da pesquisa, ainda pouco explorada pelos estudos históricos, e que apresenta ricas possibilidades de análise.

Entre as perguntas de partida para esta pesquisa estão: 1 - Qual o lugar da comunicação social na Doutrina de Segurança Nacional elaborada no âmbito da Escola Superior de Guerra?; 2 - Com que outras matrizes de pensamento nos campos da educação, sociologia, ciência política e religião esse pensamento se articula?; 3 - Como esse pensamento é sistematizado nas produções didáticas destinadas aos alunos dos cursos oferecidos pela ESG como manuais, revistas, livros, além dos relatórios produzidos pelos próprios alunos?; 4 - Quais as estratégias defendidas nos estudos realizados na ESG no que toca aos usos ou interdições de usos para a comunicação social num regime de exceção?; 5 - Como o pensamento elaborado na ESG sobre os usos da comunicação social se articula com os modelos de gênero e moral defendidos pelo regime no âmbito de suas políticas públicas?

Partimos de algumas hipóteses a considerar. De acordo com a ESG, seria necessário conhecer traços e padrões culturais, a fim de que através comunicação social conseguisse de maneira eficaz desencadear mensagens que conscientizassem sobre a importância das necessidades da nação. Sendo assim, os estudos realizados por grupos de professores e alunos a partir da Doutrina e de sua sistematização evidenciam as representações sobre a importância e impactos dos meios de comunicação de massa no âmbito do comportamento.

² No encerramento da segunda sessão do Concílio Vaticano II, em 04 de dezembro de 1963, a Igreja Católica através do Papa Paulo VI aprovou Decreto Inter Mirifica sobre os Meios de Comunicação Social: imprensa, Cinema, Rádio, televisão e demais. Já em 1957, o Papa Pio XII havia lançado a Carta Encíclica Miranda Prorusus, sobre cinematografia, rádio e televisão.



O lar, a família, a juventude, a moral e a religião são temas constantes nos trabalhos monográficos e relatórios produzidos pelos estagiários da Escola, através da Divisão de Estudos, e podem nos dar uma dimensão da articulação da Doutrina com a conjuntura social e política, revelando pontos de vista explicativos e sugestões de ação, a fim de garantir a Segurança Nacional a partir do estímulo a produção de algumas informações e conteúdos e interdição e/ou censura de outros a partir dos meios de comunicação de massa.

É necessário aprofundar as análises, buscando a intersecção entre discursos produzidos pela ESG sobre a comunicação social ou de massa e outros setores do regime, analisar as formas de ação de seus egressos na tentativa de implementação de políticas públicas ou de influenciar e convencer agentes governamentais e setores da população civil faz-se fundamental para o entendimento da ditadura em sua dimensão de mobilização nacional.

Nossos objetivos são analisar o lugar que a comunicação social e/ou comunicação de massa tem na Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra; identificar as principais ideias da escola e sua articulação com discursos produzidos sobre a comunicação de massa no campo das ciências sociais, religião e educação nos anos de 1960 e 1970, especialmente; analisar de que forma as análises sobre a comunicação social são articuladas no material didático preparado para os alunos dos cursos da ESG, sejam eles civis ou militares, além do material produzido pelos próprios alunos em seus grupos de formação; entender como os estudos realizados na ESG sobre a comunicação social e/ou de massa se traduziram em propostas de ação estratégica e como essas ultrapassam os limites da própria Escola chegando a concretizar-se em políticas públicas articuladas nos campos da educação e cultura, através, por exemplo, da censura a produções culturais.

Os objetivos estabelecidos nesse projeto poderão ser alcançados a partir da leitura e análise sistemática e contextualizada de importante produção escrita da Escola Superior de Guerra, especialmente realizada entre os anos de 1960 e 1980. O corpo documental a ser analisado encontra-se na Biblioteca General Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, e é composto por Manuais da ESG, editados a partir de 1975, as revistas *A Defesa Nacional* e *Revista da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg)*, livros dos principais ideólogos da ESG como os generais Golbery do Couto e Silva e Moacir Araújo Lopes, integrantes da rede militar-civil que institucionalizou e disseminou a DSN através da realização de conferências, seminários, debates e cursos por todo o país.



Além dessas fontes, há um fato material documental, ainda pouco explorado pelas pesquisas históricas brasileiras, que são os trabalhos monográficos dos alunos da ESG realizados em pequenos grupos de formação.

De acordo com Koch (1999), a sistematização e explicitação de conceitos baseados fortemente na ciência política fazia parte de método de trabalho adotado pela ESG, com base nos princípios da Didática de Nível Superior e da Lógica Formal. O método de formação de seus egressos, profundamente influenciado pelo pensamento do General Golbery do Couto e Silva, um dos elaboradores da Doutrina, consistia na apreensão e assimilação da doutrina através de estudos e pesquisas sócio individualizados, por meio de trabalhos de equipe onde os alunos fixavam os conceitos em discussão dirigida, simpósio e trabalho de grupo para aprofundamento de aspectos da Doutrina e do próprio processo.

O aprofundamento dos estudos e realização de trabalhos em grupo permitia que a Doutrina fosse incorporada, mas ao mesmo tempo estivesse em sintonia com a conjuntura política nacional, integrando novos temas que compunham o debate e as lutas políticas nacionais às suas formulações anteriores. Os estudos tinham caráter eminentemente estratégico, na medida em que serviam para nortear ações e traçar planejamentos por parte dos estagiários da Escola preparados para a gestão e planejamento seja nas esferas militar ou civil.

Num trabalho de pesquisa preliminar foi possível identificar uma série de relatórios e monografias dedicadas ao campo psicossocial, a partir do que é definido na Doutrina da Escola Superior de Guerra. É neste campo que podemos encontrar relatórios voltados para o diagnóstico e ação estratégica sobre a comunicação social e/ou de massa, seus "perigos" e possibilidades de usos.

De maneira geral, percebem-se nos escritos o interesse pela comunicação, seu funcionamento e formas de melhor utilizá-la, tendo em vista ser inevitável sua presença em sociedades em processo de modernização como o Brasil. Estudos e pesquisas realizadas principalmente nos Estados Unidos são utilizados como referência para o entendimento dos processos comunicacionais, embora se faça questão de afirmar a necessidade de pensar e gerir a comunicação a partir da realidade específica vivida. Nesse aspecto, o Estado teria um papel primordial.

“Nossa conclusão pode, assim, ser a de que, embora os meios de Comunicação Social, ou seja, aqueles de comunicação de massa, tenham grande potencial para a formação de cidadãos de um país,

principalmente àqueles em desenvolvimento, esse potencial só se pode realizar através de uma abordagem sutil e compreensiva por um lado, mas que se consubstancie os fundamentos da nacionalidade pelo outro”. (VIEIRA, 1975,p. 5)

Os meios de comunicação seriam importantes num país em desenvolvimento como o Brasil, por exemplo, para contribuir com os esforços em torno da alfabetização, no ensino de especialidades técnicas de todos os níveis, especialmente no ensino do conhecimento necessário à produção agrícola, como chama a atenção o estudo elaborado pelo professor da ESG, Layrton Borges de Miranda Vieira, autor do estudo *Comunicação Social (Face à Segurança Nacional)*, de 1975. Os meios de comunicação numa sociedade como a nossa, ao contrário de uma sociedade tradicional, estariam “sempre voltados para o futuro”.

Mas para que funcionassem a contento seria necessário estar atento aos usos e possíveis distorções, especialmente os representados pela decantada “ameaça comunista”. Os escritos da ESG produzidos nos anos de 1960 e 1970 alertam para as diferentes formas e meios pelos quais as ideologias de esquerda poderiam utilizar-se para se propagar, uma vez que adeptos do marxismo estariam presentes nos meios de comunicação, inclusive nas suas gestões:

“Excitá-los, jogá-los uns contra os outros. Dividir e conquistar. Esta é a melhor maneira de corromper uma democracia.

Nessa fase, estudantes e intelectuais , detentores de cargos de chefia nos veículos de comunicação social e das cátedras escolares são as os mais atuantes. O que os comunistas chamam de “elos de ligação” e “molas propulsoras” das ideias em relação às massas.

As ações de comando do pessoal da ação psicológica, como substitutos dos chefes de família, chegam ao povo através de todos os veículos em que figuras padrões de nosso tipo de sociedade, são apresentados negativamente e marginais (mãe solteira num filme recente) como heróis.

Uma simples olhada nas principais revistas de divulgação e nos jornais diários dão um quadro bastante triste da nossa civilização”. (GRUPO 5, 1975, p.24)

Os escritos da ESG representam, portanto, uma possibilidade de análise em que se possa entender de que forma os principais idealizadores e atualizadores da Doutrina de Segurança Nacional preconizavam os usos dos meios de comunicação, a relação destes com a propagação de ideais políticos, o poder de influência sobre a mudança de comportamentos e de relações de gênero e os entendimentos em torno da liberdade de imprensa e de expressão



desenvolvida pelos egressos da Escola em suas gestões junto às políticas públicas desenvolvidas nos campos da cultura e da educação.

Fontes

INTER MIRIFICA. São Paulo, 1965, Editora Vozes, p.11-12.

GRUPO 5. As esquerdas nos veículos de Comunicação Social. Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos, Rio de Janeiro, 1975.

VIEIRA, Layrton Borges de Miranda. Comunicação Social (Face à Segurança Nacional). Escola Superior de Guerra, Departamento de Estudos. Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1975.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). O Brasil republicano e o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. Annales de Bretagne et des Pays de l'ouest. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, tome 108, número 2, 2001.

DeFLEUR, Melvin L. e BALL-ROKEACH, Sandra. Teorias da comunicação de massa. Rio de Janeiro: Zahae, 1993.

DIDONÉ, Iraci Maria e SOARES, Ismar de Oliveira (orgs). O jovem e a comunicação. Leitura do mundo, leitura de si. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmen da Silva: o feminismo na imprensa brasileira. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.



FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Brasil Republicano e o tempo da ditadura. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003.

KELLNER, Douglas. A Cultura da Mídia. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KOCH, Ana Maria. Ocidente Cristão em Golbery do Couto e Silva. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Perspectiva: Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, Eliézer R.de. As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

ORTIZ, Renato. A moderna tradição brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha Viz. Ditadura e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

REZENDE, Maria José de. A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade. Londrina: Editora Uel, 2001.

STEINBERG, Charles S. Meios de comunicação de massa. São Paulo: Cultrix, 1966.

WRIGHT, Charles R. Comunicação de massa: uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.